

	Crédito (+)	Débito (-)
Ativo externo	Diminui	Aumenta
Passivo externo	Aumenta	Diminui

O Balanço de Pagamentos segue critérios formulados pelo FMI. No Brasil, esse Balanço é feito desde 1947. Ao longo do tempo, houve alterações nos critérios de registro. Entre 2001 e 2015, o Banco Central do Brasil, responsável pela elaboração do BP no país, seguiu os princípios estabelecidos na quinta edição do Manual de Balanço de Pagamentos do FMI (BPM5), publicado em 1993. A partir de abril de 2015, porém, o Banco Central passou a divulgar as estatísticas de setor externo da economia brasileira em conformidade com a sexta edição do Manual de Balanço de Pagamentos (BPM6) do Fundo²⁴. O BPM6 incorpora desenvolvimentos econômicos e financeiros da economia mundial nos últimos quinze anos, avanços metodológicos ocorridos em tópicos específicos e a necessidade de harmonização entre as estatísticas macroeconômicas, especialmente as do Sistema de Contas Nacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2008²⁵.

Antes, porém, de assinalar as diferenças entre as

2.1.5. Balanço de Pagamentos (BP)

A contabilidade sistemática das transações econômicas entre residentes e não residentes durante determinado período de tempo é feita no Balanço de Pagamentos (BP). Trata-se, portanto, do registro contábil *ex post* de todas as transações de um país com o resto do mundo. Como se utiliza o método das partidas dobradas, cada transação financeira é registrada em, pelo menos, duas contas:

24 O BPM6 está disponível, em inglês, no sítio do FMI em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/bop/2007/bopman6.htm>>.

25 O SNA 2008 está disponível, em diversos idiomas, no sítio da Divisão de Estatísticas da Organização das Nações Unidas em: <<http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna2008.asp>>.

versões nova e antiga, será feita breve apresentação das principais contas do BP. O Balanço de Pagamentos é normalmente segmentado em duas grandes contas: *i*) a de transações correntes (TCC), que registra os pagamentos e recebimentos relativos às transações realizadas com bens e serviços entre um país e o exterior; e *ii*) a conta de capital e financeira (CCF), que registra os fluxos de natureza financeiras entre residentes e não residentes.

A TCC subdivide-se, por sua vez, em: *i*) balança comercial de bens e serviços (B&S), que registra as exportações e importações de bens e serviços (serviços relativos a transportes, viagens internacionais, seguros, serviços financeiros, construção, serviços governamentais, entre outros); *ii*) renda primária (segundo a metodologia BPM6) ou balança de rendas (segundo a BPM5), que registra remuneração do trabalho e as rendas de investimentos (salário, juros, dividendos e lucros); e *iii*) renda secundária (BPM6) ou transferências unilaterais (BPM5), que corresponde às transferências em que não há contrapartidas, na forma de bens e moeda, para consumo corrente (doações, ajuda humanitária etc.)²⁶.

Um saldo positivo ($T > 0$) do balanço de transações correntes (TCC) revela que o Brasil exportou mais B&S e mais fatores de produção para o exterior, o que significa que parte do que está foi produzido pelas empresas brasileiras foi consumido pela demanda externa, sobrando, portanto, menos para os brasileiros consumirem ou investirem – o Brasil é, nesse caso, credor líquido em relação ao mundo. Já um saldo negativo em TCC significa que o Brasil importou poupança externa ($SE = -TCC$), o que indica que ocorreu financiamento do país em divisas externas, via conta de capitais e financeira (CCF) ou mediante utilização das reservas internacionais.

Já a CCF divide-se em duas subcontas: *i*) conta de capital, pouco expressiva, que se resume a registrar a aquisição e alienação de bens não financeiros não produzidos (compra e venda de patentes e marcas²⁷, por exemplo) e transferências de capital (como passes de atletas, o perdão da dívida externa, entre outros); e *ii*) conta financeira, a mais relevante, na qual são registrados os fluxos de natureza financeira, tais como empréstimos, pagamento de amortizações, investimento estrangeiro direto, compra de títulos públicos entre outros. Há também a conta erros e omissões, que é uma

26 (Cespe-UnB/Terceiro Secretário da Carreira de Diplomata/2004) Julgue os itens a seguir, como verdadeiro ou falso: Quando nisseis brasileiros que trabalham no Japão remetem parte de suas economias a seus familiares, no Brasil, essa transação é registrada como uma transferência unilateral e constitui parte integrante da conta de transações correntes. Verdadeiro. Na metodologia convencional, os donativos em espécie são registrados como

transferência unilateral na balança de transações correntes.

27 Não inclui a exploração de patentes, que se registra na conta de serviços.

conta residual na qual se registram as discrepâncias estatísticas do BP.

No que diz respeito à relação entre o BP e as reservas internacionais (RI), é importante lembrar que saldos positivos no BP aumentam o nível de RI do país: $BP = \text{variação das RI}$ ²⁸. Em contrapartida, saldos negativos no BP geram redução das RI. A título de exemplo, suponha que o Brasil começou a transacionar como resto do mundo. No primeiro ano, o saldo do BP1 foi de US\$ 500. Logo, as RI1 saíram de zero para US\$ 500. No segundo ano, o saldo do BP2 foi de US\$ 150. Para onde vai esse dinheiro? Para as RI2, que sobem para +US\$ 650. Suponha que, no terceiro ano, o saldo do BP seja -US\$ 200. De onde se tira o dinheiro? Das RI, que recuarão para US\$ 450.

O quadro 1 mostra um resumo das principais contas do BP:

Quadro 1 – Balanço de Pagamentos

	Balança de B&S
Conta Transações Correntes (TCC)	Renda Primária (BMP6) ou Balança de Rendas (BMP5)
	Renda Secundária (BMP6) ou TU (BMP5)
Saldo TCC (1)	= B&S + RP + RS ou B&S + BR + TU
Conta Capital e Financeira (CCF)	CC
	CF
Saldo CCF (2)	= CC + CF
Erros e Omissões (3)	
Saldo do BP = 1 + 2 + 3	= TCC + CCF
Reservas Internacionais (RIN) e Financiamento Excepcional (FEx)	$\Delta RIN + FEx = - (TCC + CCF)$ ou $TCC + CCF + \Delta RIN + FEx = 0$

28 É importante ter em mente que o Saldo do BP é um fluxo (mensal, trimestral, anual etc), ao passo que as RI são estoque.



Como se observa no quadro 1, o resultado do BP decorre da soma da conta de transações correntes (B&S + renda primária + renda secundária), conta de capital e financeira e erros e omissões. Em quaisquer dessas contas, se o saldo de recursos for maior do que a saída (positivo), registrar-se-á *superavit*, se negativo, *deficit*. Os países podem, portanto, ter *superavit* comerciais robustos e, ainda assim, registrarem *deficit* em transações correntes, que, por sua vez, podem ser supridos com capitais que entram pela conta financeira. Da mesma maneira, é possível que os países tenham *superavit* em TCC e *deficit* na CCF ou contabilizem *deficit* ou *superavit* em ambas as contas de TCC e CCF. O importante é ter a compreensão de todo o BP. Se este for deficitário, o país tem duas opções: *i*) utilizar reservas internacionais para “cobrir” o *deficit* no BP (se dispuser de RI, evidentemente); *ii*) recorrer a empréstimos internacionais, seja por meio de organismos financeiros multilaterais (FMI) seja mediante empréstimos bilaterais.

Por isso, assim como no caso das contas domésticas, é importante conhecer os indicadores que possibilitam analisar a situação das contas externas dos países. Por meio de diferentes combinações entre variáveis do BP e das Contas Nacionais, é possível avaliar o grau de vulnerabilidade externa dos países no curto, médio e longo prazo. Podemos separar os indicadores de vulnerabilidade externa em dois grandes grupos:

a. *Indicadores de Liquidez Externa (Curto Prazo)*

- i. Dívida Externa de Curto Prazo / Reservas próprias (exclui recursos do FMI);
- ii. Necessidade de Financiamento Externo = Saldo de Transações Correntes – Investimento Externo Direto (em % do PIB);
- iii. Hiato Financeiro = Conta Financeira + Saldo de Transações Correntes;
- iv. Reservas Internacionais/ Dívida Externa Total;
- v. Reservas Internacionais / Serviço da Dívida Externa.

b. *Indicadores de Solvência Externa (Médio e Longo Prazo)*

- i. Serviço da Dívida Externa / Exportações de Mercadorias;
- ii. Serviço da Dívida Externa / PIB;
- iii. Pagamento de Juros / Exportações de Mercadorias;
- iv. Dívida Externa Total / PIB;
- v. Dívida Externa Total Líquida (dívida total menos reservas) / Exportações.

Nota-se, portanto, que, assim como a Contabilidade Nacional, o Balanço de Pagamentos é mais do que um

simple registro das transações com o resto do mundo, um dos indicadores do grau de equilíbrio de uma economia.



2.1.5.4. Principais mudanças trazidas pela nova metodologia do Balanço de Pagamentos (BPM6)

A partir de abril de 2015, o Banco Central do Brasil (BCB) passou a publicar as estatísticas de Balanço de Pagamentos (BP) e Posição Internacional de Investimento (PII) em conformidade com a sexta edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimento (BPM6), publicadas, pela primeira vez em 2009, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Desde 2001, essas estatísticas eram divulgadas pelo BCB de acordo com a quinta edição do Manual de Balanço de Pagamentos (BPM5), vigente desde 1993.

Antes de analisar especificamente a nova metodologia do BP, é importante dizer que a Posição Internacional de Investimento (PII) é um demonstrativo estatístico que apresenta, em determinado momento, o valor dos ativos financeiros de residentes de uma economia, que compõem direitos contra não residentes, e os passivos de residentes de uma economia, que constituem obrigações junto a não residentes. A diferença entre ativos e passivos é o valor líquido da PII e pode representar tanto um direito líquido quanto uma obrigação líquida com o resto do mundo. A PII apresenta, portanto, os estoques de ativos e de passivos externos de uma determinada economia. Nesse sentido, constitui versão atualizada e mais abrangente do chamado “Passivo

Externo Líquido” de uma economia, permitindo visão mais completa da situação das contas externas dos países.

Importante lembrar que o BCB sempre divulgou a Posição Internacional de Investimento. Mas agora, no BPM6, a PII passa à condição de componente da apresentação padrão principal das estatísticas de setor externo, sob a forma de demonstrativo integrado, já que concilia os estoques de abertura e fechamento de ativos e passivos em cada período com os fluxos da conta financeira (transações do BP) e outras variações (cambial, de preços e outras variações de volume).

O BPM6 define o BP como a estatística macroeconômica que sintetiza as transações entre residentes e não residentes ao longo de um período. Como mencionado, o desenvolvimento do BPM6³⁴ teve por finalidade, de um lado, incorporar os desenvolvimentos econômicos e financeiros mais recentes da economia mundial e os avanços metodológicos ocorridos em tópicos específicos e, de outro, promover maior harmonização entre as estatísticas macroeconômicas, particularmente com as do Sistema de Contas Nacionais da ONU de 2008.

O BPM6 trouxe modificações em relação ao BPM5 nos seguintes pontos: *i)* nomenclatura de algumas contas;

ii) convenção de sinais; *iii)* conceitos e rigor metodológico; e *iv)* o formato de apresentação do BP.

Em relação a mudanças na nomenclatura, na comparação entre BPM6 e BPM5, as subcontas rendas e transferências unilaterais da balança de transações correntes passaram a se chamar renda primária e renda secundária, respectivamente. Na conta financeira, o Investimento Estrangeiro Direto (IED) passa a ser denominado Investimento Direto no País (IDP) e investimento brasileiro direto é denominado investimento direto no exterior (IDE), ambos na versão em português, nas publicações internas do Brasil³⁵.

O BPM6 também trouxe alterações na convenção de sinais em comparação ao sistema vigente no Manual anterior. No BPM5, cada transação era registrada em duas entradas com valores absolutos iguais, uma a crédito, com sinal positivo; outra a débito, com sinal negativo. A princípio, a soma de todas as entradas de crédito é idêntica à soma de todas as entradas de débito, e o saldo líquido de todas as en-

34 A nova metodologia do Balanço de Pagamentos (BPM6) não alterou o princípio de partidas dobradas pelo qual cada transação do BP é registrada mediante um crédito e um débito de mesmo valor.

35 Outras mudanças recomendadas pelo BPM6: *i)* a classificação das operações de *merchanted* foi modificada da conta de serviços para a conta de bens; *ii)* as classificações de “serviços manufatureiros sobre insumos físicos de propriedade de terceiros” (classificados como “bens para processamento” no BPM5) e de “serviços de manutenção e reparos n.i.o.p.4” (“reparos de bens” no BPM5) foram alteradas de bens para serviços; *iii)* a rubrica “transferências de migrantes” deixa de ser classificada em “outras transferências de capital”, na Conta Capital; e *iv)* a classificação de “investimento reverso” na categoria “investimento direto” foi alterada de forma a exibir ativos e passivos em base bruta, tanto no BOP quanto na PII.

tradas no BP é igual a zero. Nesse contexto, créditos (exportações, receitas de rendas, de transferências, reduções nos ativos e aumentos nos passivos) eram apresentados com sinais positivos, enquanto débitos (importações, despesas de rendas, de transferências, aumentos nos ativos e reduções nos passivos) eram registrados com sinal negativo.

Agora, no BPM6, os sinais das contas líquidas de transações correntes não sofreram alterações, mas os fluxos brutos, de créditos ou débitos, receitas ou despesas, são informados sem sinal, em valor absoluto. O aumento líquido, de ativos e passivos, é registrado com sinal positivo,

enquanto a redução líquida, também de ativos e passivos, aparece com sinal negativo³⁶. Essa nova convenção busca tornar o BP mais intuitivo e simplificar a interpretação das estatísticas. Assim, por exemplo, quando um não residente eleva seu estoque de ativos do Governo Brasileiro, o sinal é positivo (+). O sinal também é positivo (+) se uma empresa residente no Brasil aumenta seus passivos no exterior. Em suma, se houve aumento nos estoques de ativos e/ou passivos, o sinal é positivo; já se houve redução, ele negativo.

O quadro abaixo apresenta as alterações na convenção de sinais do BPM5 para o BPM6.

Quadro 2 – Diferenças na Convenção de Sinais entre BPM5 e BPM6

	BPM6	BPM5
Conta corrente e capital	Tanto créditos quanto débitos são registrados com sinal positivo	Créditos com sinal positivo e débitos com sinal negativo
Conta financeira	Aumentos de ativos e passivos com sinais positivos, e reduções de ativos e passivos com sinais negativos	Aumentos de ativos e reduções de passivos com sinais negativos, e reduções de ativos e aumentos de passivos com sinais positivos
Saldo da conta financeira [empréstimos líquidos (+)/ financiamentos líquidos (-)] no BPM6	Calcula-se como concessão líquida de ativos menos captação líquida de passivos	Calcula-se como variação de ativos mais variação de passivos

³⁶ Embora o BPM6 sugira apenas a compilação de fluxos líquidos na conta financeira, o Brasil permanecerá compilando e divulgando os fluxos brutos. Por exemplo, o fluxo líquido de empréstimos é composto por dois fluxos brutos, recursos tomados, ingressos decorrentes de novas operações, e recursos amortizados, saídas provenientes de operações anteriores.

Na América Latina, além do Brasil, o Chile e a Colômbia já adotaram o BPM6³⁷. De forma semelhante a outros países, o Brasil aproveitou a implementação do BPM6 para reduzir discrepâncias metodológicas que já existiam, mesmo no BPM5. As principais alterações do “pacote brasileiro” foram as seguintes.

Balança comercial

- i. As definições do manual de Estatística do Comércio Internacional de Mercadorias da ONU, que regula estatísticas aduaneiras não são idênticas àquelas da balança comercial no BPM6, que considera mudança de propriedade entre residente e não residente, e não entrada ou saída de bens do território. Nesse sentido, os números da balança comercial do BP passaram a incluir, por exemplo, exportações e importações fictas, que ocorrem quando um residente vende/compra para um não residente sem que haja saída do território brasileiro³⁸ – como o

caso das plataformas de petróleo. Também passam a ser incorporadas e as exportações e as importações de energia sem cobertura cambial.

Serviços

- i. Foi criada a conta de serviços de manufatura sobre insumos físicos e serviços de manutenção e reparo.
- ii. Criou-se uma conta de serviços de pesquisa e desenvolvimento referente a negociações de patentes, *copyrights*, atividades de pesquisa – antes eram registrados na conta capital.
- iii. *Royalties* e licenças passam a ser denominados serviços de propriedade intelectual.
- iv. Foi criado o item telecomunicações, computação e informações, que capta despesas com softwares.

Renda Primária (antiga conta de Rendas)

- i. Juros – A conta de juros anteriormente registrava apenas os pagamentos de juros, referentes a títulos de renda fixa emitidos e negociados no mercado doméstico, e, portanto, denominados em reais, que eram remetidos ao exterior (geravam contrato de câmbio). Após a implementa-

37 Outros países que adotaram o BPM6: Estados Unidos, Austrália, Canadá, Rússia, África do Sul, Índia, Arábia Saudita, Coreia do Sul, Malásia, Indonésia, Filipinas, Tailândia, e países-membros da União Europeia.

38 Embora a fonte primária de dados continue sendo o MDIC, o saldo comercial apresentado no BP passa a usar fontes complementares associadas ao comércio de bens para incluir informações relativas à compra de energia, exportações com “saída fictícia”, além de busca dados com a Receita Federal e grandes empresas.

ção do BPM6, passam a ser incorporados nessa conta os pagamentos de cupons (despesa de juros) de títulos negociados no mercado local a investidores não residentes, ainda que sejam reinvestidos no país³⁹. A contrapartida dessa conta é um aumento nas entradas líquidas em títulos de renda fixa no mercado local de capitais.

- ii. Lucros e dividendos – Assim como na conta de juros, apenas os lucros e dividendos que eram remetidos para fora do país eram registrados no BP. Após implementação do BPM6, passam a ser incorporados na conta de lucros e dividendos a parcela reinvestida no país. Lucros reinvestidos no Brasil tem como contrapartida o aumento do investimento direto no país e lucros reinvestidos no exterior elevam o investimento brasileiro no exterior.

39 Somente os títulos que pagam “cupons” serão registrados nessa conta. Não entram, portanto, os juros das Letras do Tesouro Nacional (LTNs). Outro aspecto importante que vale destacar do BPM6 diz respeito ao conceito de dívida externa: constitui obrigação de uma entidade residente detida por não residentes, independentemente do local de negociação, da jurisdição, ou da moeda em que a dívida estiver denominada. Assim, mesmo passivos em moeda nacional, emitidos no Brasil, devem fazer parte da dívida externa. A estatística da dívida externa divulgada trimestralmente pelo Banco Central passará a compreender o estoque de títulos de renda fixa negociados no mercado doméstico e detidos por não residentes, em especial, a parcela correspondente da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFI). Tais passivos, entretanto, sempre constaram na PII.

Renda secundária (antiga conta de transferências unilaterais)

- i. A subconta “remessas de trabalhadores” ou “manutenção de residentes” é substituída por “transferência pessoais”, que contempla recursos financeiros, bens ou serviços enviados e recebidos por pessoas físicas. Não necessariamente o recurso enviado foi obtido a partir de rendimentos de trabalho, como no caso anterior. Logo, amplia-se o escopo dessa rubrica, embora ainda seja pequena no caso brasileiro.

Conta de Capital

- i. As transferências de migrantes, antes registradas aqui, deixam de ser entendidas como transação, uma vez que não há transferência de propriedade econômica de bens ou direitos entre um residente e um não residente e, portanto, não compõem mais o BP, passando a impactar apenas a Posição Internacional de Investimento (PII).

Conta Financeira (mudanças conceituais)

- i. Além da inclusão dos lucros reinvestidos, uma das principais alterações se refere ao tratamento

dado aos empréstimos intercompanhias (agora chamado de “operações intercompanhias”), nos quais vale o critério de ativos e passivos a partir da identificação das residências do credor e do devedor. Antes, um empréstimo concedido pela filial residente no exterior à matriz no Brasil contava como empréstimo intercompanhia no item investimento brasileiro direto. Agora passa a ser investimento estrangeiro no país (passivo)⁴⁰. Da mesma forma, os empréstimos de matrizes no Brasil para filiais no exterior e de filiais no Brasil para matrizes no exterior passam a fazer parte do investimento brasileiro direto. A título de exemplo, se uma subsidiária offshore captou U\$S 30 bilhões no exterior e emprestou os recursos para a matriz no Brasil, na BPM5, o ingresso desses recursos no Brasil seria registrado como redução do Investimento Brasileiro Direto (IBD) no exterior, na conta de empréstimos intercompanhia. Já no BPM6, a entrada desse montante no Brasil é registrada como elevação

do Investimento Direto de não residentes, na conta de empréstimos intercompanhia. A mudança é análoga quando, eventualmente, filial no Brasil emprestar para sua matriz no exterior⁴¹.

Segundo os críticos, com essa alteração, esse indicador deixa de ser uma medida “pura” da confiança das multinacionais no Brasil, pois parte desses investimentos diretos no país incluirá recursos concedidos por empresas não residentes, mesmo que a origem de capital do grupo econômico seja do Brasil⁴². Essa crítica é válida, aliás, para todos os países.

O novo formato de apresentação do BP também sofreu pequenas modificações⁴³, como pode ser visto no quadro 3. Nele, nota-se também que, sob a nova metodologia do BPM6, houve aumentos no *deficit* das contas de transações correntes e financeira (ainda que menor) do país.

40 Os Investimentos Estrangeiros Diretos ou Investimentos Diretos no País são caracterizados pelo interesse duradouro do investidor na atividade produtiva do empreendimento em que investe. Adota-se como regra geral a participação mínima de 10% no capital votante da empresa. Outros critérios que podem ser considerados, associados ou não ao anterior, são a participação na gestão da empresa e a natureza da empresa investidora.

41 O saldo da conta financeira é a diferença entre a concessão líquida de ativos e a captação líquida de passivos.

42 Parcela expressiva desses valores refere-se a recursos captados por filiais de grupos brasileiros no exterior, em geral via emissão de títulos, que são internalizados no país sob a forma de dívida intercompanhia.

43 O item Conta Capital e Financeira foi desmembrado em dois itens distintos: a Conta Capital e a Conta Financeira. A expressão “empréstimos intercompanhia” é substituída por “operações intercompanhia”. Já o item “Outros Passivos de Dívida” de “Autoridade Monetária” é substituído por “Alocações DES” de “Banco Central”.

Quadro 3 – Balanço de Pagamentos em 2014: BPM5 x BPM6

Dados do Balanço de Pagamento do Brasil em 2014 : BPM5 x BPM6			
BPM5 (ANTIGO) 2014	US\$ BILHÕES	BPM6 (NOVO) 2014	US\$ BILHÕES
1. Transações Correntes	-90,9	1. Transações Correntes	-104,2
1.1 Balança Comercial	-3,9	1.1 Balança Comercial	-6,6
1.2 Serviços	-48,7	1.2 Serviços	-48,1
1.3 Rendas	-40,3	1.3 Renda Primária	-51,2
1.4 Transferências Unilaterais	1,9	1.4 Renda Secundária	2,7
2. Conta Capital e Financeira	99,6	2. Conta Capital (2.1)	0,2
2.1 Conta Capital	0,6	3. Conta Financeira (2.2)*	-100,6
2.2 Conta Financeira	99,0	3.1 Investimento brasileiro no exterior (A)	26,0
A. Investimento brasileiro no exterior	3,5	3.2 Investimento estrangeiro no país (B)	96,9
B. Investimento estrangeiro no país	62,5	3.3 Investimentos em Carteira (C)	-38,7
C. Investimentos em Carteira	30,0	Ativos	2,8
C.1 Ativos	-3,5	Passivos	41,5
C.2 Passivos	33,5	3.4 Derivativos (D)	1,6
D. Derivativos	-1,6	3.5 Outros Investimentos (E)	-3,4
E. Outros Investimentos	4,5	Ativos	50,7
Ativos	-44,9	Passivos	54,1
Passivos	49,4	3.5 Ativos de Reserva (4)	10,8
3. Erros e Omissões	2,2	4. Erros e Omissões (3)	4,0

Fonte: Banco Central do Brasil

*Conta financeira = fluxos de investimentos ativos menos fluxos de investimentos passivos. Na conta financeira, fluxos que contribuem liquidamente para elevação (redução) de estoques, tanto para ativos, como para passivos, são representados por sinal positivo (negativo). Fonte: Banco Central. Elaboração própria.

Comparando as estatísticas sob BPM5 e BPM6, o *deficit* comercial aumentou de US\$ 3,9 bilhões para US\$ 6,6 bilhões. O saldo negativo da renda primária subiu de US\$ 40,3 bilhões para US\$ 51,2 bilhões. Essa elevação do *deficit* em conta corrente (CC) ocorreu basicamente porque passou a incluir lucros de multinacionais reinvestidos no país e o reinvestimento de juros de títulos públicos pagos a investidores estrangeiros. Essas rubricas fizeram com que o *deficit* em CC de 2014, que inicialmente havia

sido calculado em US\$ 90,9 bilhões (4,19% do PIB), fosse registrado em US\$ 104 bilhões (4,43% do PIB).

Segundo o Banco Central do Brasil, o aumento do *deficit* na nova metodologia não causa preocupações adicionais porque todos os itens são autofinanciados. A remessa de lucros reinvestidos é financiada pelo reinvestimento do próprio lucro, que integra a contabilidade do investimento direto no país, e os juros semestrais pagos em títulos públicos são automaticamente reinvestidos dentro do país.

Dica aos candidatos ao CACD!

O BCB divulga regularmente, em seu endereço eletrônico, nota para a imprensa relativa ao Setor Externo da Economia Brasileira. Essa nota contribui não apenas para manter o candidato à carreira de diplomata bem informado sobre a situação atual do balanço de pagamentos (BP) do Brasil, tema recorrente do concurso, mas também ajuda a mantê-lo familiarizado com a nova nomenclatura do BPM6. Abaixo, seguem alguns trechos da Nota do BCB, divulgada em maio, que analisa a situação das contas externas de abril.

I - Balanço de pagamentos - abril de 2016

Em abril, as transações correntes apresentaram superávit de US\$ 412 milhões, acumulando, nos últimos doze meses, saldo negativo de US\$ 34,1 bilhões, equivalente a 1,97% do PIB. Na conta financeira, as concessões líquidas superaram as captações líquidas em US\$ 784 milhões, destacando-se o ingresso líquido de US\$ 6,8 bilhões em investimento direto no país.

A conta de serviços registrou despesas líquidas de US\$ 2,5 bilhões no mês, redução de 27,3% na comparação com o resultado de abril de 2015. As despesas líquidas com transportes reduziram 57,2%, comparativamente ao ocorrido em mesmo mês do ano anterior, somando US\$ 263 milhões. O item viagens internacionais registrou despesas líquidas de US\$ 602 milhões, redução de 49,9%, na mesma base de comparação, resultado de aumento de 6,9% nas despesas de turistas estrangeiros no Brasil e recuo de 34,5% nos gastos de viajantes brasileiros ao exterior. As despesas líquidas de serviços de propriedade intelectual cresceram 92,1% relativamente a abril de 2015.



As despesas líquidas de renda primária atingiram US\$ 1,9 bilhão no mês, retração de 48,5% na comparação com abril de 2015. As despesas líquidas de lucros e dividendos atingiram US\$574 milhões, recuo de 75,7% ante mês correspondente do ano anterior, resultado de expansão de 114,4% nas receitas e retração de 49% nas despesas; enquanto as despesas líquidas de juros somaram US\$ 1,4 bilhão, redução de 2,2% no período comparativo. As saídas líquidas de renda de investimento direto totalizaram US\$ 996 milhões, 61,3% inferiores ao observado em mês equivalente do ano anterior. As despesas líquidas de renda de investimentos em carteira atingiram US\$ 560 milhões, compostas por despesas líquidas de lucros e dividendos, US\$ 93 milhões; juros de títulos negociados no mercado externo, US\$ 454 milhões; e juros de títulos negociados no mercado interno, US\$ 13 milhões. A despesa líquida de renda de outros investimentos somou US\$ 656 milhões, elevação de 13,5% comparado a abril de 2015, enquanto as receitas de reservas aumentaram 21,9%.

A conta de renda secundária registrou ingressos líquidos de US\$ 219 milhões em abril de 2016. As receitas líquidas de transferências pessoais atingiram US\$ 93 milhões no mês, 48,6% acima do observado em abril do ano anterior.

Os investimentos diretos no exterior cresceram US\$ 1,2 bilhão no mês, concentrados em participação no capital, e incluídos os reinvestimentos de lucros. Em abril de 2016 os investimentos diretos no país alcançaram US\$ 6,8 bilhões, dos quais US\$ 4,8 bilhões em participação no capital, incluídos US\$ 609 milhões decorrentes do reinvestimento de lucros, e US\$ 2 bilhões em operações intercompanhia. Em doze meses, os ingressos líquidos dos investimentos diretos no país somaram US\$ 79,9 bilhões, equivalentes a 4,61% do PIB. O regresso de investimentos em carteira ao Brasil atingiu US\$ 1,1 bilhão no mês, com destaque para as vendas líquidas, no exterior, de US\$ 1,2 bilhão em ações.

II - Reservas internacionais

As reservas internacionais no conceito liquidez totalizaram US\$ 376,7 bilhões em abril de 2016, aumento de US\$ 1,5 bilhão em relação ao mês anterior. O estoque de linhas com recompra atingiu US\$ 14,5 bilhões, redução de US\$3 bilhões em relação à posição de março de 2016. A receita de remuneração das reservas somou US\$ 249 milhões no mesmo período. As variações por preços diminuíram o estoque em US\$ 105 milhões, enquanto aquelas por paridades contribuíram para elevação de US\$ 1,2 bilhão. No conceito caixa, o estoque de reservas atingiu US\$ 362,2 bilhões em abril, aumento de US\$4,5 bilhões em relação ao mês anterior.

III - Dívida externa

A posição da dívida externa bruta estimada para abril de 2016 totalizou US\$ 337,8 bilhões, diminuição de US\$ 400 milhões em relação ao montante estimado para março de 2016. A dívida externa estimada de longo prazo atingiu US\$ 274,8 bilhões, aumento de US\$ 263 milhões, enquanto o endividamento de curto prazo somou US\$ 63 bilhões, redução de US\$ 662 milhões no mesmo período. Dentre os determinantes da variação da dívida externa de curto prazo, destacam-se as amortizações de empréstimos pelos setores financeiro e não financeiro, US\$ 428 milhões e US\$ 308 milhões, respectivamente.

Para sanar eventuais dúvidas sobre as mudanças trazidas pelo BPM6, consulte o endereço eletrônico do BCB a seguir: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/6MANBALPGTO>>.

